

A INCOMPATIBILIDADE DA IDEOLOGIA COMUNISTA COM OS IDEAIS DA NAÇÃO BRASILEIRA

Ten Cel
NILSON F. MELLO

1 — INTRODUÇÃO

O mundo moderno apresenta-se dividido entre duas concepções de vida: a democrática e a comunista. Essa polarização das nações gera, por si só, tensões e antagonismos. Considerando que, a par dessa perigosa bipolarização, se somam os perigos da ideologia intolerante e agressiva que professam as nações de um dos pólos de poder mundial, teremos o clima de inquietação e insegurança em que se acha mergulhada a humanidade.

É certo que se têm registrado esforços para criar uma terceira posição, capaz de absorver parte da tensão resultante dessa exacerbada bipolarização. Todavia, essas tentativas ainda não lograram modificar substancialmente a conjuntura mundial.

O panorama do mundo de hoje, portanto, se apresenta em termos de oposição do comunismo (intolerante e exclusivista) a todas as demais formas de vida social que, por simplificação, chamaremos de ocidentais. É dessa intransigente oposição que resulta o clima de guerra permanente em que vive a humanidade. Para os comunistas, tal situação só terá fim quando todos os demais regimes de organização social tiverem desaparecido.

Para atingirem seus objetivos de aniquilamento desses regimes, os Estados comunistas vêm adotando técnicas de ação indireta. Dentro dessas técnicas se situam as guerras localizadas de desgaste (Coréia, Vietnã); a ação dos partidos comunistas nacionais; o apoio, incentivo ou usurpação de revoluções internas (Cuba); a Guerra Revolucionária; e, finalmente, um estilo de política exterior ou de estratégia mundial soviética conhecido como Guerra Fria (o caso de Berlim, o conceito de "coexistência pacífica", etc.).

Para os países não plenamente desenvolvidos, esse quadro mundial é peculiarmente desfavorável. Se nenhum país consegue se furta totalmente a essa atmosfera de guerra, muito menos os subdesenvolvidos, campo fértil para se lançar as sementes da subversão através da Guerra Revolucionária.

Dai a importância de se ter bem presentes os verdadeiros ideais da nacionalidade para que possamos achar as soluções para os nossos graves e urgentes problemas, de conformidade com a alma nacional.

2 — OS IDEAIS BRASILEIROS

Os ideais de um povo surgem e se sedimentam ao longo de sua evolução histórica. Esses ideais, a que poderemos chamar de *Objetivos Nacionais*, compõem a alma da nação e dão vida e sentido à comunidade pátria.

Distinguimos duas ordens de ideais nacionais: os *permanentes* e os *conjunturais* ou *atuais*.

Os permanentes independem do tempo considerado e são comuns à totalidade da nação. Os atuais constituem-se num estágio intermediário para se atingir os permanentes, ou então resultam de pressões ocasionais ou de interesses de setores ou grupos. Claro está que estes últimos poderão evoluir no sentido de se tornarem ideais permanentes.

O que caracteriza um povo como nação é justamente a existência, de maneira pacífica e em grau maior ou menor de consciência pública, desses ideais permanentes fundamentais.

Feitas essas considerações iniciais, tentaremos chegar à seleção de alguns dos ideais brasileiros que mais interessam aos propósitos deste trabalho através de um ligeiro perpassar pela nossa evolução histórica.

2.1. A evolução histórica

O Brasil foi descoberto sob a égide do Cristianismo. Profundamente cristão era o povo que o descobriu e exacerbadamente religiosa a época das Grandes Navegações.

Sob as velas enfunadas das naus de Cabral, nas quais se via a Cruz de Malta, chegava ao Brasil a fé cristã e com ela e em seu nome se iniciava a conquista e a colonização da nova terra. A fé assim implantada, no momento mesmo da descoberta, iria impregnar profundamente a vida nacional ao longo de toda a nossa evolução, contribuindo de forma decisiva para a nossa formação cultural.

A medida que se firmavam a conquista e a colonização, iam se diferenciando os interesses de colonos e metropolitanos. As ameaças estrangeiras, notadamente dos holandeses, às quais fizemos frente com pouca ou nenhuma assistência da Metrópole, contribuíam para revelar nossa capacidade de autodefesa. As atividades agrícolas e pastoris e da agro-indústria do açúcar representavam um suporte

econômico para a Colônia e inculcavam nos seus filhos um crescente sentimento de auto-suficiência. O fenômeno extraordinário do Bandeirismo, obra acentuadamente de brasileiros miscigenados e já aculturados, além de influir decisivamente na nossa expansão territorial, contribuía para incrementar o orgulho nacional pelos feitos dos brasileiros.

Também a mineração, dilatando a ocupação do território e revelando novas riquezas, avidamente cobiçadas pela Metrópole, cada vez mais acentuava as divergências de interesses entre a Coroa e a Colônia.

A tudo isso se somava a pressão liberal e libertadora formada com as idéias trazidas pelas elites coloniais que iam estudar no exterior, alimentada pelo exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, e pelo intercâmbio com o estrangeiro que resultou da abertura dos portos.

A pouco e pouco se fortaleceu o sentimento nativista e a idéia de independência e soberania que iria conduzir ao episódio do 7 de setembro.

Declarada a independência política, a falta de união das províncias, agravada com as dificuldades de ligação, puseram em perigo a unidade nacional. Havia certas tendências separatistas em algumas delas, em outras dominavam as forças portuguesas (foi o caso da Bahia, somente libertada em 2 de julho de 1823). Porém prevaleceu o ideal mais alto de nacionalidade, favorecido pela habilidade política de se preservar o fator aglutinante representado pelo Trono. Livramo-nos, assim, da fragmentação ocorrida com a Hispano-Sul-América, realizando o prodígio de aglutinar em um todo político um vastíssimo território, carente de meios de comunicação entre suas diversificadas regiões.

Nesse ponto de nossa evolução histórica, podemos já distinguir alguns ideais nacionais bem definidos.

Havíamos alcançado a independência política; conseguimos manter a unidade nacional; preserváramos — e mais do que isto, dilatáramos — nosso imenso território; processávamos uma miscigenação racial que nos livraria de perniciosos preconceitos; mantivéramos a unidade lingüística; professávamos a mesma fé; enfim, tínhamos formado uma Nação.

Vencida a Guerra da Independência e afastados os perigos de secessão, consolidava-se a nossa emancipação política. O reconhecimento de nossa soberania pelas potências estrangeiras, corolário indispensável da independência, foi porém difícil e oneroso. Para alcançá-lo, tivemos de hipotecar nossa independência econômica, concedendo e renovando privilégios a outras nações. Aí está a origem de muitos dos males que ainda hoje nos afligem, pois nossa

soberania nasceu à custa do sacrifício da nossa independência econômica (poderíamos dizer, segundo expressão muito em voga atualmente, que nascemos "espolados").

Com a Regência, tivemos uma experiência republicana que veio confirmar o acerto de se ter feito a independência com a monarquia. Sem a força centripeta do Trono, cedo irromperam sedições e ameaças separatistas que puseram em sério risco a unidade nacional.

Ultrapassada a agitada fase da Regência, entrava o país no largo período do Segundo Império. Era a oportunidade que se necessitava para a consolidação e aperfeiçoamento dos ideais já alcançados e a formulação de outros que a dinâmica nacional indicaria.

Assim é que as ameaças à coesão nacional verificadas nesse período, entre as quais avultam as revoltas de 1842 em São Paulo e Minas, de 1835/1845 no Rio Grande do Sul e de 1848 em Pernambuco, terminaram por afirmar a união dos brasileiros numa pátria comum.

Aqui cabe lembrar o papel preponderante do Patrono do nosso Exército — o insigne Duque de Caxias — na tarefa benemerita de pacificação do ambiente nacional e de extirpação dos focos separatistas. Intérprete fiel e artifice admirável de uma das mais sentidas aspirações nacionais — a união de todos os brasileiros — Caxias encarna com perfeição a vocação de nossas Forças Armadas de servir com fidelidade aos interesses nacionais.

Quando, com a independência, se teve de escolher a forma de Governo, entre as várias então surgidas, desde a monarquia absoluta à república radical, evidenciou-se a tendência da maioria por um governo constitucional representativo em que houvesse a divisão e a harmonia de poderes. Temos, pois, uma tradição democrática que remonta ao alvorecer da nacionalidade, afirmada que foi em 1823, confirmada em 1824, revigorada em 1891 e em todas as Constituições seguintes, embora com os intervalos ditatoriais de 1930/34 e 1937/45. Esses intervalos, no entanto, sempre soaram à nação como uma imposição passageira, por isso que não resultaram de uma aspiração nacional.

A abolição da escravidão veio ao encontro dos sentimentos de tolerância racial do povo brasileiro, do seu amor à liberdade e do seu repúdio à violência.

Nos fins do século XIX, a nossa evolução se processava no sentido de manter os objetivos nacionais já alcançados de independência e soberania, integridade territorial, unidade nacional, regime democrático, liberdade para todos os brasileiros, e de alcançar outros que as tendências do sentimento nacional indicavam.

A maior participação popular na direção dos negócios públicos era um deles. Na Monarquia, as províncias eram governadas por presidentes indicados pelo Imperador. Ansiava-se por um regime no

qual os problemas regionais tivessem sua solução entregue às populações interessadas. A República Federativa veio como resposta a êsses anseios.

O desenvolvimento econômico e o bem-estar começaram a se afirmar como ideais nacionais com a República. Embora fôssem ideais que germinavam há muito, suas manifestações eram vagas e destituídas de senso prático. Constituíam algo que se desejava, subjetivamente, mas que não se sabia bem como e quando obter.

Somente após a 2ª Guerra Mundial é que o país tomou viva consciência, em termos claros e objetivos, da necessidade de se promover o bem-estar social, não apenas através de legislação justa e adequada, mas também de uma vigorosa aceleração no desenvolvimento econômico. Essa tomada de posição face aos problemas sociais e econômicos não é, de resto, um fenômeno brasileiro. Todas as nações participam dessa ânsia de prosperidade. As estruturas marginalizadoras de largas parcelas de população, as injustiças sociais, a incompetência e a corrupção administrativa são coisas inadmissíveis e intoleráveis, atualmente.

2.2. Os ideais atuais

Após êsse rápido e muito superficial exame do nosso processo evolutivo, no qual pretendemos evidenciar as origens e o encadeamento de alguns ideais nacionais, cremos poder apresentá-los numa lista que nos permita sua sintetização:

- 1º. Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade humana, o espírito de tolerância e a aversão à violência.
- 2º. Manutenção e afirmação de nossa independência e soberania.
- 3º. Preservação de nossa integridade territorial.
- 4º. Fortalecimento da unidade nacional, particularmente pela superação dos desníveis regionais sócio-econômicos.
- 5º. Organização política democrática, consubstanciada num regime representativo de governo e na temporariedade dos mandatos e repúdio às ditaduras e aos extremismos.
- 6º. Promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, neste incluídos a extensão e o aprimoramento da educação, da saúde pública e das medidas de justiça social.

3 — A IDEOLOGIA COMUNISTA

A ideologia comunista tem, como base filosófica, o materialismo dialético e o materialismo histórico, segundo formulação de Marx.

Essa base filosófica foi posteriormente adaptada por Lenine por forma a torná-la mais adequada como instrumento da revolução mundial.

Sem pretendermos resumir, nos acanhados limites dêste trabalho, os fundamentos do marxismo-leninismo, o que nos levaria a desvirtuá-los, tentaremos apresentar apenas alguns traços característicos da doutrina comunista.

Para os marxistas, o mundo é material por natureza. Todos os fenómenos do universo resultam da matéria em movimento, prescindindo de qualquer espirito criador.

As estruturas económicas das sociedades constituem as bases sobre as quais se constroem as superestruturas jurídicas e políticas. Essas superestruturas jurídicas e políticas, bem como as manifestações religiosas, artísticas ou filosóficas, são ilusões coletivas, mistificações ou representações falsas que os homens têm de si mesmos ou recebem pela tradição ou pela educação.

A religião é obra do homem. Deus é uma mera criação humana e nunca o Ser criador.

O Estado é uma entidade na qual o homem se aliena. É a divisão do trabalho, que cinde a sociedade em classes, que conduz à necessidade do Estado. É, portanto, um instrumento de opressão nas mãos da classe dirigente.

O homem se aliena no trabalho em virtude da propriedade privada. Para atender às suas necessidades, vende o único bem que possui aos detentores do capital, isto é, vende seu trabalho, tornando-se "mercadoria".

Somente a abolição da propriedade privada permitirá que o usufruto dos bens seja universal, eliminando, conseqüentemente, as classes sociais e as contradições nas relações económicas. Neste ponto, não haverá mais necessidade do Estado. O governo dos homens será então substituído pela administração das coisas.

Mas, para se chegar a êsse ideal de uma sociedade igualitária, em que cada qual usufruirá os bens comuns segundo suas necessidades, em que não haverá o poder normativo e coercitivo do Estado, (enfim, êsse paraíso na terra, utópico, distante e de difícil conciliação com as reconhecidas imperfeições humanas) o caminho a seguir é a luta de classes. Ao proletariado caberá a missão de redimir a humanidade, levando-a a se reencontrar consigo mesma naquela sociedade ideal.

Mas, antes disso, há necessidade de uma fase intermediária neste processo. É a ditadura do proletariado, de duração indefinível, instalada após a destruição do Estado burguês.

Essa, meus senhores, é a ideologia que professam os Estados comunistas, no nível puramente filosófico. Poderíamos mais dizer que

ela se traduz em dogmas, supostamente verdadeiros e, portanto, definitivos, donde o caráter intransigente, totalitário e intervencionista de suas manifestações.

Todavia, no nível operativo, isto é, fora da ortodoxia dogmática, a ideologia comunista se apresenta extraordinariamente pragmática.

Os Estados comunistas, particularmente a União Soviética, de há muito fizeram a transição do determinismo histórico para o voluntarismo político.

Essa transição entre a ideologia marxista e as necessidades pragmáticas tem implicado em novas interpretações, distorções ou simples abandono dos princípios ideológicos originais, principalmente na União Soviética. A China Continental, devido às suas condições peculiares e ao menor tempo de implantação do regime, apresenta-se hoje em dia até mesmo em frontal oposição a muitos aspectos da realidade soviética, por ela considerados como "revisionistas".

Tôdas essas adaptações, distorções e novas interpretações da ideologia têm sido chamadas de "táticas" e têm servido para orientar as operações concretas do movimento comunista em todo o mundo. Na realidade, pouco ou nada têm de ideologia, mas muito de maquiavelismo político para a captura do poder. Constituem mesmo a mais impressionante coletânea de normas realísticas e cínicas, postas a serviço do imperialismo das potências comunistas.

Na aplicação dessas táticas, o marxismo clássico é invocado apenas para cercar a busca do poder com uma aura de moralidade científica. Para tanto, deixa-se intato, como filosofia, um elenco de proposições acêrca do desenvolvimento histórico (proposições essas que têm sido negadas pela própria História) com os seguintes objetivos:

- 1º — Dar ao movimento comunista objetivos finais que o justifiquem moralmente.
- 2º — Libertar a elite comunista de inibições morais e éticas, tornando-a mais desembaraçada na luta pelo poder.
- 3º — Justificar a intolerância e a hostilidade a tôdas as pessoas ou organizações não engajadas no movimento, sancionando como lícitos todos os meios, mesmo os mais vis e violentos.
- 4º — Promover a crença no triunfo inevitável do comunismo.

De tudo isto resulta a realidade de serem os países comunistas as potências mais imperialistas do mundo atual.

Do ponto de vista da classificação de seu regime político interno, os países comunistas estão enquadrados no grupo atualmente chamado de *monocracias*, juntamente com os regimes fascistas.

Monocracia é uma expressão moderna que significa governo de um só, de poder não dividido. Opõe-se frontalmente à democracia,

que se entende como o governo de poderes divididos e harmônicos e exercido por delegação de todo o povo e não apenas de um grupo, partido ou classe.

São esses países, cujos povos vivem ainda debaixo do anacrônico regime totalitário ditatorial, que comandam o implacável movimento de extinção das democracias em todo o mundo.

4 — CONCLUSÕES

Creemos que a incompatibilidade entre os ideais brasileiros e a ideologia comunista resulta evidente da simples síntese expositiva que fizemos de uns e de outra. Apenas para destacar alguns pontos capitais apresentamos a seguir um quadro comparativo desses pontos.

IDEAIS BRASILEIROS

- 1º — Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade da pessoa, o espírito de tolerância e a aversão à violência.
- 2º — Manutenção de nossa independência e soberania.
- 3º — Ideais democráticos.

IDEOLOGIA COMUNISTA

- 1º — Filosofia materialista; massificação do indivíduo, intolerância e aceitação da violência.
- 2º — Internacionalismo; sujeição aos centros mundiais do comunismo internacional.
- 3º — Totalitarismo ditatorial.

Essa incompatibilidade torna-se ainda mais flagrante se, por detrás dos "slogans", das "idéias-fôrça" e da propaganda com que o movimento comunista busca imbuir as consciências, conseguirmos vislumbrar o mal disfarçado imperialismo russo e chinês.

Para finalizar, queremos ressaltar que:

- 1.º — não se trata, para países democráticos, de combater uma ideologia unicamente no plano científico ou filosófico; a realidade atual, como pretendemos mostrar, é bem diversa;
- 2.º — tanto a ideologia comunista, quanto a pragmática soviética ou chinesa, baselam-se na negação da essência espiritual do homem, ignorando ou violentando todos os princípios éticos, morais e espirituais que ornaram a civilização cristã ocidental;
- 3.º — as soluções para os problemas nacionais de cada país devem se conformar com o sentimento de suas populações, pois seria preço muito alto a pagar por gerações sucessivas ver negados seus valores e tradições, em nome de um utópico, distante e ainda não comprovado paraíso terrestre.